

EMENDA 01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 763/2019

Altera a redação do art. 12 do Projeto de Lei Complementar nº 763/2019.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS APROVA:

Art. 1º O art. 12 do Projeto de Lei Complementar nº 763/2019, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 12. A garantia referente às obras de infraestruturas necessárias, dispostas no artigo 11, §1º, da Lei Complementar Municipal nº 216/2004, somente poderá ser liberada após o aceite e recebimento das obras pelas respectivas concessionárias de serviço público e pela Administração Municipal daquelas que for responsável”.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 14 de fevereiro de 2019.

João Batista Gonçalves – Cabo Batista
Vereador

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal 6.766 de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, prevê em seu artigo 2º, §5º que “A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.”.

No mesmo sentido, a Lei Complementar Municipal nº 216 de 2004, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no território do município de Patos de Minas, trata especificamente em seu artigo 11, §1º, sobre as obras de infraestrutura necessárias, que são: “a) demarcações dos lotes, quadras e logradouros; b) drenagem pluvial; c) pavimentação dos logradouros públicos; d) sistema de esgotamento sanitário; e) rede de iluminação pública e energia elétrica; f) distribuição de água potável; g) arborização urbana.”.

As obras de demarcação dos lotes, quadras e logradouros, drenagem pluvial, pavimentação dos logradouros públicos, distribuição de água potável e arborização urbana são parte integrante do rol de obras de infraestrutura necessária nos dois diplomas legais mencionados, e devem ser concluídos antes de se proceder com a liberação da garantia dada pelo loteador.

Nesse sentido, a presente emenda tem por objetivo adequar o Projeto de lei nº763/2019, a redação da art. 12, da Lei Complementar nº 763 de 2019, para fazer constar a exigência de conclusão de demarcação dos lotes, quadras e logradouros,

drenagem pluvial, pavimentação dos logradouros públicos, distribuição de água potável e arborização urbana, para posterior liberação de garantia.